



NÃO MEXA COMIGO EU NÃO ANDO SÓ: OS DES (CAMINHOS) PEDAGÓGICOS DA TRAVESSIA DOCENTE NO ENSINO DAS AFRICANIDADES

Profª PhD. Dra. Débora Araújo Leal ¹

Profª Ms. Delvanês Araújo Leal ²

Profa. Dra. Maria das Graças Almeida ³

Profª. Dra. Aline Nazaré Nogueira ⁴

Orientador: Prof. PhD. Dr. Francisco Roberto Diniz Araújo ⁵

RESUMO

O presente artigo compactua da necessidade de entendermos melhor as Africanidades no currículo escolar levando em consideração as transformações sociais e a importância dessa disciplina na escola, a qual se caracteriza pela complexidade em vista do referencial sócio histórico e cultural em que se qualifica o ensino da história da África nos currículos escolares brasileiros. Esta é uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa. Neste sentido, urge a necessidade da operacionalização da Lei 10639/2003, que nos remete a inclusão do ensino da história no componente curricular. Através das análises realizadas, é perceptível que esse assunto é complexo, e que envolve fatores socioculturais e pedagógicos busca-se contribuir para manter vivo o processo de valorização da cultura afrodescendente, além de trazer para o bojo das discussões acadêmicas o processo de ressignificação das diversidades econômicas sociais brasileiras e africanas.

Palavras-chave: Africanidades, Currículo escolar, Inclusão, Cultura Afrodescendente.

¹ Pós Doutora em Docência e Pesquisa Universitária pelo Instituto Universitário Italiano de Rosário IUNIR - AR; Doutora em Educação pela Universidade Internacional Três Fronteiras – UNINTER-PY; Graduada em Direito pela Faculdade Estácio de Sá-UNESA, Coordenadora Pedagógica do Município de Feira de Santana-BA e Professora do Instituto de Educação Social e Tecnológico da Bahia, deboraleal2502@gmail.com.

² Mestra em Educação pela - ACU – USA; Pós Graduada em Educação a Distância pela UNEB; Pós Graduada em Psicopedagogia pela Faculdade Dom Alberto-RS; Graduada em Letras com Inglês pela FTC; Licenciada em Pedagogia pela UEFS; Professora do Município de Santo Estevão e Ipecaetá– BA, delvanesleal5@gmail.com.

³ Doutora em Educação pela Absoulute Christian University – ACU Florida Estados Unidos; Mestra em Educação pela Universidade Interamericana – PY; Graduada em História pela Universidade Federal da Paraíba -UFPB; Professora da Rede Estadual da Bahia com atuação na Socioeducação, marygalmeida@gmail.com.

⁴ Doutora em Educação pela - ACU - USA; Mestre em Educação - Universidade de Lisboa - PT; Bacharela em Direito pela UNIFASS; Professora da SEEDF - Brasília; Especialista em Artes e Tecnologias Contemporâneas pela UNB; Pedagoga pela Faculdade Albert Einstein - DF, aline.ncarvalho@gmail.com.

⁵ Posdoctor en Psicología con Orientación en Metodología de la Investigación de Revisión – Universidad de Flores – Buenos Aires Argentina e Pós-Doutor pela Université Libre des Sciences de l'Homme de Paris, ULSHP, França. Professor Universitário e Coordenador Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação de São Bento - PB, robertodinizaemd@hotmail.com.





INTRODUÇÃO

Apresenta-se neste estudo as contribuições das Africanidades no currículo escolar levando em consideração as transformações sociais e a importância dessa disciplina na escola, a qual se caracteriza pela complexidade em vista do referencial sócio histórico e cultural em que se qualifica o ensino da história da África nos currículos escolares brasileiros.

Apresenta a seguinte problemática: De que maneira as contribuições das Africanidades no currículo escolar interferem na formação identitária dos estudantes de uma escola pública baiana? Como objetivo geral do estudo traçou-se: Analisar como as contribuições das Africanidades no currículo escolar interferem na formação identitária dos estudantes de uma escola pública baiana. E por objetivos específicos: verificar como a atuação do (a) (x) Educador contribui para o processo identitário de estudantes negros e destacar como as mediações pedagógicas logram resultados positivos no empoderamento das identidades e cultura afro brasileira no cenário escolar.

Assim adquirir conhecimentos sobre os tesouros espalhados no continente africano, foi o ponto de partida para a realização deste capítulo. Pretendeu-se com este estudo contribuir para manter vivo o processo de valorização da cultura afrodescendente, além de trazer para o bojo das discussões acadêmicas o processo de ressignificação das diversidades econômicas sócias brasileiras e africanas.

Todavia, urge a necessidade da operacionalização da Lei 10639/2003, que nos remete a inclusão do ensino da história no componente curricular. Assim pretende-se com este artigo contribuir para manter vivo o processo de valorização da cultura afrodescendente, além de trazer para o bojo das discussões acadêmicas o processo de ressignificação das diversidades econômicas sócias brasileiras e africanas.

METODOLOGIA

A pesquisa bibliográfica é a primeira parte de um trabalho de cunho científico ou acadêmico. Nela obtemos informações que baliza todo processo teórico da pesquisa pretendida a partir da temática proposta. Para Lakatos e Marconi (2003) a pesquisa bibliográfica se caracteriza da seguinte forma:





[...] De fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias teses, material cartográficos etc., até meios de comunicação orais: rádio gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por uma forma, querem publicadas, quer gravadas (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 183).

O referido autor mostra que a pesquisa bibliográfica é constituída de material elaborado, existindo uma grande diversidade de material que podem ser utilizados para embasar a fundamentação teórica da investigação e permitir que o estudo da temática vá além dos materiais escritos.

De acordo com Gil (2009) a pesquisa bibliográfica dispõe de vantagens que são imprescindíveis para o embasamento da investigação, que assim destaca: “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. (GIL, 2009, p. 45).

A pesquisa bibliográfica pressupõe leituras, interpretações e análises dos escritos sobre a temática tais como: artigos, dissertações, anais, colocando o pesquisador com esses materiais os quais serão o suporte para o desenrolar da investigação. Neste estudo travou-se um diálogo com os seguintes teóricos e dispositivos legais: Lei 10639/2003; Mattos (2003); Gilroy (In Mattos 2003); Santomé (2015); Waldman (2017); Para Oliva (2011); entre outros estudiosos que defendem as Africanidades no Currículo escolar.

AFRICANIDADES NO CURRÍCULO ESCOLAR

A História do Brasil e a História da África estão intimamente relacionadas, cabendo aos historiadores e professores ampliar a discussão sobre a escravidão, introduzindo elementos da história dos africanos, de sua cultura e não os tratar como simples “coisas” não sendo considerados construtores da história local, uma vez que estes tiveram seu trabalho explorado à exaustão no Brasil, antes e após a independência política.

Dessa maneira, entendemos que a valorização do estudo da história da África é o ponto de partida para o processo de formação do cidadão. Com a aprovação da Lei 10639/03 tornou-se obrigatório o ensino da História da África e dos afrodescendentes, a





lei estabelecia o dia 20 de novembro como dia nacional da consciência negra no calendário escolar por ter sido morto nesta data o Zumbi no ano de 1995, da época de quilombo para cá houve uma mudança pela constituição do Brasil.

Todos são iguais perante a lei, à disciplina de História é uma das que merece ser explorada conforme a lei todos são iguais e ainda podemos ver pessoas que continua sofrendo discriminação pela cor da pele, muitos afrodescendentes enfrentam dificuldades para conseguir um trabalho e até mesmo receber um salário justo por revelar preconceito.

Segundo Mattos (2003), o ensino de história é uma luta contra discriminação racial no Brasil, merece uma referência à parte, a autora demonstra interesse e iniciativa de levar ao público um assunto que poucos lembram. O ensino da História da África segundo Gilroy (In Mattos 2003) é perceber a África e os africanos como identidade negra do país dentro de um contexto histórico mais relevante.

Quando se rompe com uma perspectiva essencializada das relações entre identidade e cultura, decorre que qualquer abordagem sobre as ambiguidades da identidade negra no Brasil se torna indissociável do entendimento da experiência da escravidão moderna e de sua herança racializada espalhada pelo Atlântico.

A relação da organização dos conteúdos em História devem oportunizar aos educandos/as conhecimentos que serão socialmente elaborados a respeito da cultura do Brasil e que são necessários para o exercício de cidadania, como por exemplo, o intercruzamento das três etnias com que compõem a população do país. Outro aspecto importante a ser considerado nessa nova perspectiva de trabalho com História é a seleção de conteúdos partindo do princípio temporal.

Pensar sobre a História da África requer de o educador reconhecer e analisar o processo histórico da formação do povo brasileiro, como o processo de miscigenação de diversidade de culturas e raças que não pode ser negada e ocultada do currículo escolar, e, sobretudo trazer para o debate as questões da identidade negra.

HISTORIOGRAFIA *VERSUS* FONTES ARQUEOLÓGICAS

A historiografia através das fontes de escavações arqueológica comprova que a África foi o berço da humanidade e com a longa permanência humana o continente africano tornou um país relevante. O processo de ocupação do planeta teve início na





África, tendo o continente como área original como dispersão do ser humano que imigrou para outros lugares da terra.

Com a descolonização de mais cinquenta países o continente passou a ter seu mapa político da África, exceto alguns pontos estratégicos sobre controle de uma ex-metrópole caso de enclaves espanhóis nos marcos das dependências francesas.

Para Santomé (2015), a independência significou mudanças na situação que regrava, bem poucas décadas antes, o “Continente Colonial”. Deixaram de existir placas nos trens que percorriam o Congo indicando, bancos específicos para os africanos, avisos nos clubes informando ingresso para os europeus desapareceram, pontes e estradas e cidades foram rebatizadas com nome próprio de lugar.

Um dos múltiplos exemplos de uma política de africanização empenhada em excluir os traços de denominação ocidental, não era possível negar, deixou de estar presente no continente. As novas nações africanas aparecem após de 1960, com base nos territórios coloniais tiveram como nexos fundante modelo do “Estado-nação”.

Nos dizeres de Waldman (2017), a centralização administrativa cultural e econômica teve quase sempre o seu foco nas capitais, desenvolvendo-se rapidamente para condições de cidades principais, essas cidades passaram a concentrar partes muito importantes das atividades econômicas dos investimentos e de uma porcentagem crescente da população nacional, a maior parte das novas nações passou a ser gerenciada por um modelo liberiano uma elite africana, originária do segmento que no período colonial tinha maiores contatos com os europeus.

Para Oliva (2011), estudar a história de africanos e de afrodescendentes está relacionado às profundas relações que guardamos com a África. Por isso discutir o ensino da cultura afro é uma necessidade urgente, cujo fim é garantir a valorização do negro enquanto cidadão, cabendo ao professor ampliar a discussão sobre o processo de escravidão, introduzindo elementos da história dos africanos, de sua cultura que juntamente com a fusão com outras culturas serviram para enriquecer a atual cultura brasileira.

Nessa perspectiva, não podemos tratar a questão africana apenas do ponto de vista da escravidão, como se fosse uma questão isolada e superada pela assinatura da Lei Áurea em 1888. Um ponto de partida para ampliar nossa visão e tentar superar as visões estereotipadas sobre o tema é procurar recuperar os elementos da resistência negra, suas





formas de luta e de organização, sua cultura, não apenas no passado, mas também no tempo presente.

Embora a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 garanta que “Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras” na prática.

O ensino de história afro não sofreu grandes mudanças e pouco se tem discutido sobre o assunto, ficando restrito a alguns professores que tem arduamente tentando trazer a temática para uma discussão mais abrangente, mas com poucos avanços. Percebe-se ainda uma grande resistência nos professores em pensar sobre o assunto, enquanto direito dos alunos que há séculos lhe foram negados. (BRASIL, 2006)

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No cotidiano das escolas públicas baianas as quais somos educadoras, verificamos como se dá o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e sua relação com a Lei nº 10.639/03, que confere à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, lei maior de nossa nação, baseados na prevalência dos Direitos Humanos, na tolerância às diferenças e repúdio a quaisquer formas de discriminação, que tiveram, no campo educacional maior especificidade no tocante ao ensino de História e Cultura da África e dos afrodescendentes por meio do respeito às manifestações culturais, bem como um currículo que atenda às necessidades de todas as partes envolvidas na relação ensino – aprendizagem.

A Educação com viés colonizador causou inúmeros danos aos povos negros e indígenas, trazidos pelos efeitos do racismo e concretizados cotidianamente nas várias versões de desigualdades sociais encontradas na sociedade brasileira. O espírito de luta, independência e liberdade serão e são as contrapartidas da situação de miséria e de exclusão sociais do povo negro, como marco de resistência. As comunidades de terreiro, os diversos grupos culturais, esportivos e religiosos, a imprensa negra e as entidades sociopolíticas e religiosas, além dos incontáveis quilombos, constituíram-se como instrumentos eficazes de combate ao racismo e a discriminação ao longo de toda a história do Brasil. (BRASIL, 2006)





Não é fácil para nenhum educador colocar em prática tantas mudanças acerca do currículo escolar. Neste prisma, torna-se imperativo ao professor adotar uma decisão. Ser apolítico nestas circunstâncias implica em pactuar com a injustiça e a desigualdade em sala de aula. Muitos ainda abraçam a postura reacionária. No minidicionário escolar encontra-se definido reacionário como aquele que se opõe a quaisquer inovações no campo das atividades humanas. (OLIVA, 2011).

A intervenção nos casos de discriminação, racismo, preconceito e demais formas de desagregação social é fundamental para que não se perpetuem atos contra a humanidade em nome da superioridade de uma “raça” em detrimento de outra. No Brasil o fio condutor do processo histórico centralizou-se assim, no colonizador português e, no imigrante europeu e nas contribuições braçais dos africanos e indígenas.

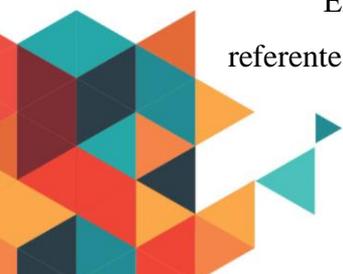
Entende-se, portanto que na História em que os elementos da cultura nacional são colocados em segundo plano, privilegiando-se a História Geral, nega um dos princípios da disciplina que é conhecer as características fundamentais do país, além disso, essa proposta prioriza como foco-eixo fatos históricos relativos a cultura europeia, desconsiderando os demais valores civilizatórios culturais indígena, africano e afro-brasileiro, base da formação do povo brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é que nos instiga pensar o Ensino de História e Cultura afro com a finalidade de discutirmos como proposta para um currículo que valorize a história local, bem como a participação do negro no processo histórico da nossa sociedade enquanto cidadãos, pois o silenciamento é uma estratégia para que a verdade sobre os afros descendentes seja esquecida.

Nessa perspectiva, não podemos tratar a questão africana apenas do ponto de vista da escravidão, como se fosse uma questão isolada e superada pela assinatura da Lei Áurea em 1888. Um ponto de partida para ampliar nossa visão e tentar superar as visões estereotipadas sobre o tema é procurar recuperar os elementos da resistência negra, suas formas de luta e de organização, sua cultura, não apenas no passado, mas também no tempo presente.

Embora Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 garanta que “Os conteúdos” referentes à História e Cultura Afro brasileira sejam ministrados no âmbito de todo o





currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras” na prática, o ensino de história afro não sofreu grandes mudanças e pouco se tem discutido sobre o assunto, ficando restrito à alguns professores que tem arduamente tentando trazer a temática para uma discussão mais abrangente, mas com poucos avanços. Percebe-se ainda uma grande resistência nos professores em pensar sobre o assunto, enquanto direito dos alunos que há séculos lhe foram negados.

Portanto, é necessário que essa temática não fique mais “engavetada” nos preconceitos daqueles que ainda não perceberam que mais que uma disciplina, incluir o ensino de Cultura afro nas escolas é uma possibilidade de resgatar uma dívida histórica brasileira. Considerando que grande parte da sociedade é composta de negros e que são estes os que mais contribuem para produção da nação é importante buscar meios para divulgar a história deles, a fim de promover a reconhecimento e valorização desse povo, rompendo com as mentalidades preconceituosas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.html. Acesso em 05.08.2021.

BRASIL. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-raciais:** Ministério da Educação, Brasília; SECAD, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Mariana de Andrade. Fundamentos de Metodologia científica. 5ªed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATTOS, Wilson Roberto. **Valores civilizatórios afro-brasileiros na elaboração de currículos escolares Brasília:** Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2003.

MATTOS, Wilson Roberto. Valores civilizatórios afro-brasileiros na elaboração de currículos escolares – ensaiando pressupostos. In: GILROY, M. (Org.). **Diversidade na educação. Reflexões e experiências.** Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2003.

OLIVA, Anderson Ribeiro. **A História da África nos bancos escolares:** Representações e imprecisões na literatura didática. 30 jan. 2011 – ISSN 0104-5970.





SANTOMÉ, Jurjo Torres. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.) **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. 6ª edição. Petrópolis: Vozes, 2015.

WALDMAN, Maurício; SERRANO, Carlos. Memória D'África **A Temática Africana em Sala de Aula**. 1ª. ed. São Paulo, SP: Cortez Editora, 2017.

